



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE
A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO¹**

Emitente: Controladoria Geral Interna

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Jetibá

Gestor responsável: Silene Belz e Rosilene Stuhr de Souza

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise com previsão no PAAI/24 - Decreto nº 109/2024, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Dentre os itens avaliados, muitos foram verificados mediante análise de relatórios de sistemas informatizados do município ou mediante verificação nas próprias secretarias. Muitos destes itens descritos abaixo não foram objeto de auditoria, mas foram realizados através de verificações de informações, relatórios, processos e sistema. Salientamos que o procedimento sugerido pela Normativa editada em muitos casos era de auditoria governamental de conformidade, porém não

¹ Artigos 82, § 2º da Lei Complementar 621/2012 c/c artigos 135, §4º, 137, IV e 142 do RITCEES (aprovado pela Resolução TC- 261/2013)



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

houve tempo hábil para a realização do procedimento sugerido, sendo assim adotada uma verificação mais singela.

A seguir apresentamos um resumo das avaliações realizadas:

Nº do Ponto de Controle	Assunto	Servidor responsável pela análise
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patrimoniais	Sebastião Luiz Siller
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Sebastião Luiz Siller
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Sebastião Luiz Siller
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Sebastião Luiz Siller
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Sebastião Luiz Siller
1.2.6	Parcelamento de débitos previdenciários	Sebastião Luiz Siller
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário	Sebastião Luiz Siller
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - registro e controle	Sebastião Luiz Siller
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Sebastião Luiz Siller
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação, confirmação externa	Sebastião Luiz Siller
2.3.1	Passivos Contingentes - precatórios judiciais	Sebastião Luiz Siller
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Sebastião Luiz Siller
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Sebastião Luiz Siller
2.5.3	Alíquota de contribuição - Fixação	Sebastião Luiz Siller
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Sebastião Luiz Siller



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias - RPPS	Sebastião Luiz Siller
2.5.7	Servidores cedidos	Sebastião Luiz Siller
2.5.26	Censo Atuarial	Sebastião Luiz Siller
2.5.37	Registro de Admissões	Sebastião Luiz Siller
2.6.4	Pessoal – teto	Sebastião Luiz Siller



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Código	Objeto/ Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patrimoniais	Processo nº 873/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 2643/2023 - Regime de competência	Verificar se foram verificados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025	-Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Processo nº 873/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 2643/2023 - Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025	-Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Processo nº 873/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 2643/2023 - Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025	-Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025
1.2.4	Retenção/ Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Processo nº 873/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 2643/2023	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025	-Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Processo nº 873/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão	Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas	-Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

			Lei Municipal 2643/2023 - Regime de competência	sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025	de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025
1.2.6	Parcelamento de débitos previdenciários	Processo nº 873/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º - Regime de competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência (Variação Patrimonial Aumentativa) as receitas de contribuições previdenciárias, parte patronal, parte do servidor, dos inativos e pensionistas e as decorrentes do plano de amortização.	Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025	-Listagem de Pagamento efetuados referente ao período de janeiro a Dezembro de 2024, Folhas de Pagamentos de janeiro a dezembro de 2024, Demonstrativo da Dívida Flutuante, Balancete da Receita do RPPS 12/2024 e Balancete de Verificação RPPS Processo nº 873/2025
1.3.1.	Bens em estoque, móveis,	Relatórios de almoxarifado,	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96,	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a	Almoxarifado estoque em 31/12/24: R\$ 3.214.209,97	Almoxarifado estoque em 31/12/24: R\$ 3.214.209,97 e



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

	imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	patrimônio - Tabela 39, BALPAT, BALVER, Balancete da Despesa 12/2023, Decreto 1611/2022 008/2023 e Tabelas 10,11,12,13,14, 15,16,17 e 39 Processo nº 2008/2025	NBC TST 4, 7 A 10, in tc 36 ANEXO ÚNICO, ITEM 7,8,9,15,15 E 18	integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	e Patrimônio saldo em 31/12/24: R\$ Bens Móveis 10.213.370,63- depreciação R\$ 3.492.699,70 = 6.720.670,93 - Bens Imóveis 6.701.280,05- depreciação R\$ 404.255,56 = 6.297.024,49 Bens Intangíveis R\$ 47.679,98	Patrimônio saldo em 31/12/24: R\$ Bens Móveis 10.213.370,63- depreciação R\$ 3.492.699,70 = 6.720.670,93 - Bens Imóveis 6.701.280,05- depreciação R\$ 404.255,56 = 6.297.024,49 Bens Intangíveis R\$ 47.679,98
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Relatórios de almoxarifado, patrimônio - Tabela 39, BALPAT, BALVER, Balancete da Despesa 12/2023, Decreto 1611/2022 008/2023 e Tabelas 10,11,12,13,14,	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Almoxarifado estoque em 31/12/24: R\$ 3.214.209,97 e Patrimônio saldo em 31/12/24: R\$ Bens Móveis 10.213.370,63- depreciação R\$ 3.492.699,70 = 6.720.670,93 - Bens Imóveis 6.701.280,05- depreciação R\$ 404.255,56 = 6.297.024,49 Bens Intangíveis R\$ 47.679,98	Almoxarifado estoque em 31/12/24: R\$ 3.214.209,97 e Patrimônio saldo em 31/12/24: R\$ Bens Móveis 10.213.370,63- depreciação R\$ 3.492.699,70 = 6.720.670,93 - Bens Imóveis 6.701.280,05- depreciação R\$ 404.255,56 = 6.297.024,49 Bens Intangíveis R\$ 47.679,98



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

		15,16,17 e 39 Processo nº 2008/2025				
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Balanco Patrimonial, Extratos bancários, Balancetes de Verificação e Boletim de Tesouraria de dezembro de 2023. - Processo nº 001692/2023	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Balanco Patrimonial, Extratos bancários, Balancetes de Verificação e Boletim de Tesouraria de dezembro de 2024, conferem com valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, em instituições financeiras oficiais no total de R\$ 14.322.336,69	Balanco Patrimonial, Extratos bancários, Balancetes de Verificação e Boletim de Tesouraria de dezembro de 2024, conferem com valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, em instituições financeiras oficiais no total de R\$ 14.322.336,69
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação, confirmação externa	Balanco Patrimonial, Extratos bancários, Balancetes de Verificação e Boletim de Tesouraria de dezembro de 2023. - Processo nº 001692/2023	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Balanco Patrimonial, Extratos bancários, Balancetes de Verificação e Boletim de Tesouraria de dezembro de 2024, conferem com valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, em instituições financeiras oficiais no total de R\$ 14.322.336,69	Balanco Patrimonial, Extratos bancários, Balancetes de Verificação e Boletim de Tesouraria de dezembro de 2024, conferem com valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, em instituições financeiras oficiais no total de R\$ 14.322.336,69



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Processo nº 000183/2024	CRFB/88, art. 100. / ei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Informações contidas no processo 183/2024, BALVER e BALPAT	Informações contidas no processo 183/2024, BALVER e BALPAT
2.3.2.	Dívida pública – precatórios – pagamento	Processo nº 000183/2024.	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	<p>Para o exercício financeiro de 2024, foi informado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, que não constam de Precatórios Pendentes para inserção do Orçamento do Município, portanto, não há pagamentos pendentes de pagamentos no exercício em referência, conforme informações contidas no Processo Administrativo sob o nº 183/2024, fls. 044/054.</p> <p>Quanto a inserção de precatórios no orçamento para o exercício financeiro de 2025, não houve necessidade, considerando a não existência em</p>	<p>Para o exercício financeiro de 2024, foi informado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, que não constam de Precatórios Pendentes para inserção do Orçamento do Município, portanto, não há pagamentos pendentes de pagamentos no exercício em referência, conforme informações contidas no Processo Administrativo sob o nº 183/2024, fls. 044/054.</p> <p>Quanto a inserção de precatórios no orçamento para o exercício financeiro de 2025, não houve necessidade, considerando a não existência em desfavor do Município, conforme despachos e documentos apensados ao</p>

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

					desfavor do Município, conforme despachos e documentos apensados ao processo administrativo sob o nº 183/2024, fls. 044/054	processo administrativo sob o nº 183/2024, fls. 044/054
2.5.2	Base de Calculo de Contribuições - RPPS	Lei Municipal 2.643/2023	CF/88, art. 40 e 195, LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º e Lei Municipal 2.643/2023	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base	Lei Municipal nº 2.643/2023 - Processo 000047/2024	Lei Municipal nº 2.643/2023 - Processo 000047/2024
2.5.3	Alíquota de contribuição - Fixação	Lei Municipal 2.643/2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º e 3º, Lei Municipal 2643/2023	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Lei Municipal nº 2.643/2023 - Processo 000047/2024	Lei Municipal nº 2.643/2023 - Processo 000047/2024
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	Lei Municipal 2.643/2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º e Lei Municipal 2.643/2023	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Resumo da Folha de Pagamento Dezembro de 2024 da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e do Fundo Municipal de Saúde. Processo nº 000047/2024.	Resumo da Folha de Pagamento Dezembro de 2024 da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e do Fundo Municipal de Saúde. Processo nº 000047/2024.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Lei Municipal nº 2266/2019.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. e Lei Municipal 2.266/2019	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Lei Municipal nº 2.266/2019 Processo nº 000047/2024.	Lei Municipal nº 2.266/2019 Processo nº 000047/2024.
2.5.7.	Servidores cedidos	Processo nº 002497/2019	CF/88, art.40. LRF, art. 69, Lei 9717/1998, ART. 1º, Portaria 1.467/2022, artigo 4º inciso I, 19,2	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	No Exercício de 2024, as informações ao RPPS, foram encaminhadas através do OF/SECADM/GERHU/Nº 003/2025, das cessões do exercício de 2024, processo Administrativo nº 769/2025, fls. 005/007 e manifestação do RPPS, fl. 001 deste mesmo processo. Quantos aos Pontos de Controles 2.5.6 e 2.5.7, o município, Fundo Municipal de Saúde e RPPS atenderam aos mesmos, conforme informações contidas nesta análise documental.	No Exercício de 2024, as informações ao RPPS, foram encaminhadas através do OF/SECADM/GERHU/Nº 003/2025, das cessões do exercício de 2024, processo Administrativo nº 769/2025, fls. 005/007 e manifestação do RPPS, fl. 001 deste mesmo processo. Quantos aos Pontos de Controles 2.5.6 e 2.5.7, o município, Fundo Municipal de Saúde e RPPS atenderam aos mesmos, conforme informações contidas nesta análise documental.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

2.5.26	Censo Atuarial	Processo nº 2497/2019, 769/2025	Lei Federal 10.887/2004 art. 3º. Portaria MPT 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	O Recadastramento anual dos inativos e pensionistas, realizado entre 01/08/2024 à 31/08/2024, atingiu 100 % de cobertura, conforme informações do RPPS. Quanto aos servidores ativos, foi realizado o Censo no mês de Novembro/2024, Decreto Municipal nº 252/2024	O Recadastramento anual dos inativos e pensionistas, realizado entre 01/08/2024 à 31/08/2024, atingiu 100 % de cobertura, conforme informações do RPPS. Quanto aos servidores ativos, foi realizado o Censo no mês de Novembro/2024, Decreto Municipal nº 252/2024
2.5.37	Registro de Admissões	Processo nº 2.497/19, fls. 033	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Processo nº 2.497/19, Todas as admissões sendo informadas ao TCEES.	Processo nº 2.497/19, Todas as admissões sendo informadas ao TCEES..
2.6.4.	Pessoal – teto	Processo nº 002000/2024	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Relatórios da folha de pagamento do período de Janeiro a dezembro de 2024, no valor total de R\$ 25.025.032,60., Listagem de Empenhos	Relatórios da folha de pagamento agosto e dezembro de 2024, no valor total de R\$ 4.902.139,95

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

1.2. Constatações e proposições

Código	Achados	Proposições /Alertas	Situação
1.1.2	Foram encontradas evidências de realização de despesas sem emissão de prévio empenho em infringência à Lei 4.320/1964, art. 60. Falta de designação formal do Fiscal do Contrato; Falta de assinatura nos documentos processuais; Falta de alguns documentos previstos na Lei de Licitação, especialmente habilitação jurídica e de regularidade fiscal; Pagamento de multa e juros de contas em atraso; Infringência ao art. 94 da Lei Orgânica.	Recomendações Gerais: Designação formal do Fiscal do Contrato; Proceder a assinatura dos documentos faltantes. Inserção de documentos de habilitação jurídica e documentos nos processos de contratação, mesmo quando tratar-se de dispensa de licitação, conforme preceitua o art. 28, 30 e 31 da Lei nº 8.666/93. Verificação da regularidade fiscal e trabalhista nos Processos (art. 29 da Lei nº 8.666/93). Abertura de Sindicância ou Procedimento equivalente no Processo nº 1375/2020 para verificar a situação de despesa realizada sem prévio empenho no empenho nº 4867/2021, Liquidação nº 5788/2021 / 5789/2021, referentes as notas fiscais nº 381505 / 381506, em ofensa ao dispositivo legal previsto na Lei nº 4.320/1964, art. 60. Abertura de Sindicância ou Procedimento equivalente no Processo nº 1506/2019 para verificar a situação de despesa realizada sem prévio empenho no empenho nº 054/2022, Liquidação nº 197/2022, referentes as faturas de dezembro/2021, em ofensa ao dispositivo legal	Em monitoramento no Processo nº 935/2023. Foram apresentadas justificativas e informações nos autos, desta forma, ocorrerá o monitoramento das ações durante o exercício de 2023. Em 2023, os processos 2116/2019 , 2967/2021 , 1375/2020 , foram procedidos os Termos de Ajuste de Conduta, fls. 115/120, quanto a realização de despesas sem prévio empenho. Considerando o baixo poder ofensivo da irregularidade e que autoridade compromissária se compromete a ajustar sua conduta junto aos seus colaboradores, para que sejam observados os deveres e proibições previstos nas legislações pertinentes. Foi criado pela Controladoria a ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2023 par vigorar a partir de



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

	<p>previsto na Lei nº 4.320/1964, art. 60; Manifestação e Ressarcimento ao erário público dos valores pagos a título de juros de mora por atraso no pagamento do período demonstrado do Processo nº 1506/2019, como também dos demais que ocorreram. Abertura de Sindicância ou Procedimento equivalente para verificar a situação de despesa realizada sem prévio empenho no empenho nº 053/2022, Liquidação nº 1947/2022, referentes as faturas de novembro e dezembro/2021 no Processo nº 1878/2019, em ofensa ao dispositivo legal previsto na Lei nº 4.320/1964, art. 60; Manifestação e Ressarcimento ao erário público dos valores pagos a título de juros de mora por atraso no pagamento do período demonstrado no Processo nº 1878/2019, como também dos demais que ocorreram. Abertura de Sindicância ou Procedimento equivalente no Processo nº 2.116/2019 para verificar a situação de despesa realizada sem prévio empenho no empenho relacionadas, em ofensa ao dispositivo legal previsto na Lei nº 4.320/1964, art. 60; Analisar a necessidade do regramento legal de diárias estabelecido ser revisado, bem como ser instituído setor específico para processar as prestações de contas, uma vez que demonstra-se falta de segregação de função. Abertura de Sindicância ou Procedimento equivalente para verificar a situação de anulação de empenho, no qual já havia sido emitido a Autorização de</p>	<p>01/01/2024, sobre este tema, encaminhado a todas as unidades administrativas. Procedido pela autoridade homologadora o encaminhamento para arquivo destes processos. <u>Solucionado.</u> - Processo nº 10.775/2021, foi juntado o respectivo relatório da Comissão de Monitoramento, bem como o parecer do Gestor da Parceria, fls. 125/127. <u>Solucionado</u> - Processo nº 6855/2019, informação, fls. 122/123, de que a Senhora Nilza Gums Buss não tem mais vínculos empregatícios com o Município (Fundo e Prefeitura). <u>Solucionado</u> - Processos - 1506/2019 e 1878/2019, foi procedida a abertura de Sindicância através do processo administrativo nº 2355/2024, Portaria nº 551/2024. (Em monitoramento PAAI/2024) - Solucionado com recolhimento dos valores apurados, conforme comprovação de pagamento, fls. 023/024 do processo 2355/2024</p>
--	---	---



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

		<p>Fornecimento, o Fornecimento do Material e a Nota Fiscal respectiva no Processo nº 2.967/2021, ocasionando consequente despesa realizada sem prévio empenho, em ofensa ao dispositivo legal previsto na Lei nº 4.320/1964, art. 60.</p> <p>Abertura de Sindicância ou Procedimento equivalente para verificar a infringência ao art. 94 da Lei Orgânica Municipal, quanto ao Contrato FMS/ Nº 000119/2019 no Processo nº 6.855/2019.</p> <p>Resolução imediata da ilegalidade apontada quanto ao art. 94 da Lei Orgânica Municipal.</p> <p>Inserir relatório do Gestor da Parceria e da comissão de monitoramento no Processo nº 10.775/2021.</p> <p>Formalizar os Processos conforme a IN SCI nº 012/2015; Ciência do Sr. Prefeito Municipal e da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Administração e do Secretário Jurídico.</p> <p>Solicitamos ainda que seja apresentado Plano de Ação para sanar as irregularidades apontadas até o prazo máximo de 15/02/2023.</p>	<u>Solucionado</u>
1.2.1	Contas contábeis com saldo que não zeram.	<p>Processo nº 1.737/19 indicando levantamento do saldo contábil através de comissão para este fim.</p> <p>Processo Administrativo 001565/2024, sobre o mesmo tema. <u>Exercício de 2024 - Processo 873/2025</u></p>	<p>Em monitoramento 2025</p> <p>Processo respondido pela Secretaria de Fazenda em 24/04/2023 informando que não foram realizados os levantamentos e que o farão no exercício de 2023.</p> <p>Sem solução no exercício de 2023. A Controladoria procedeu a abertura de</p>



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

			processo administrativo para apuração dos valores em aberto. Monitoramento PAAI/2024, sem resolução no exercício de 2024, mantendo em monitoramento em 2025. Inconsistências contidas no processo administrativo sob o nº 873/2025
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - divergência de valores entre inventário físico e valores registrados na contabilidade	Processo nº 2008/2025	Em monitoramento 2025 As divergências estão contidas no processo administrativo nº 2008/2025
1.3.2	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - divergência de valores entre inventário físico e valores registrados na contabilidade	Processo nº 2008/2025	Em monitoramento 2025 As divergências estão contidas no processo administrativo nº 2008/2025
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação confirmação externa	Processo nº 1692/2023	Em monitoramento 2025 As divergências estão contidas no processo administrativo nº 1692/2023
2.2.30	Foram encontradas evidência de realização de despesas consideradas não autorizadas,	As descritas no item 1.1.2	Em monitoramento no Processo nº 3947/2023. Inconsistência superada considerando o procedimento do Termo de Ajustamento de Conduta, fls. 103/104,



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

	irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, em desacordo com a LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.		devidamente assinado pelos envolvidos, referente ao processo 003041/2022 <u>- Solucionado</u>
2.5.26	Não é realizado o censo atuarial.	Processo nº 002497/2019 recomendando a adoção de procedimentos. - Ponto de Controle - Processo nº 0016297/2023	<u>Em monitoramento.</u> Quanto aos servidores ativos, foi realizado o Censo no mês de Novembro/2024, Decreto Municipal nº 252/2024. <u>- Solucionado</u>



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL INTERNA

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. Silene Belz e Rosilene Stuhr de Souza, gestoras do Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Jetibá, relativa ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra **regular com ressalvas**.

2.1 Ressalvas:

As ressalvas são decorrentes das constatações e inconformidades apresentadas no item 1.2 acima.

Com a finalidade de sanar as ressalvas, solicitamos que a Gestora apresente um Plano de Ação até a data máxima de **31/07/2025**, contando com metas e prazos de atendimento.

Santa Maria de Jetibá, 24 de março de 2025

Sebastião Luiz Siller
Controlador Geral Interno
Decreto nº 278/2019
CRC-ES - 007195/O